



PSD p.10

Anterior executivo foi vítima de “artimanha” do PS



PSD p.11

PSD e ASD assinam protocolo de formação autárquica

# POVO LIVRE



nº 1901

09 de Dezembro de 2015

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD



## “GOVERNO FOI ESCOLHIDO NAS COSTAS DO POVO”

O Presidente do PSD discursou no final da discussão do programa do XXI Governo Constitucional

# Executivo deve mostrar “aquilo que vale”

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, afirmou que é preciso que o governo liderado por António Costa “mostre aquilo que vale”. “Agora, é preciso que o novo Governo governe e mostre aquilo que vale e beneficie de condições de estabilidade. Que não haja nenhuma desculpa”, declarou Passos Coelho, nas cerimónias oficiais dos 35 anos da morte de Francisco Sá Carneiro e na sessão de abertura da Academia do Poder Local, Guarda, dia 4.

Passos Coelho reafirmou que as “reivindicações por eleições [legislativas] terminaram no dia em que o Partido Socialista (PS) se recusou a devolver a palavra ao povo e em respeitar a decisão e a escolha que o povo teve nas eleições”. “Agora, que está no Governo, que governe. É isso que eu espero e nós faremos aquilo que nos compete: preparar um futuro Governo para quando o país precisar dele”, acrescentou.

Passos Coelho desejou ainda que o país “precise o mais tarde possível” de novas eleições legislativas. “Porquê? Porque isso significaria que o país não andaria muito para trás e que o Governo que agora começa a governar não estragará muito aquilo que foi o caminho de recuperação que nós deixámos para a nossa economia, para o emprego, para a sociedade”, justificou.

O presidente do PSD deixou ainda claro que o PSD estará pronto para “qualquer eventualidade” que possa surgir. “Se o país precisar de nós, nós estaremos cá sempre que for preciso”.

Na mesma sessão, o presidente dos Autarcas Social-Democratas (ASD) e da Câmara Municipal da Guarda, Álvaro Amaro, disse que, se o fundador do PSD Francisco Sá Carneiro fosse vivo, diria que o legado político “está a ser bem seguido”, mas “não compreenderia” o novo Governo liderado por António Costa. “Como nós não compreendemos. Como a grande parte dos portugueses



não compreende”, acrescentou.

Álvaro Amaro observou que o Governo “é constitucional”, foi “aprovado na Assembleia [da República]” e tem “plenos poderes”, mas, em sua opinião, “não tem a legitimidade política”. “Tem a legitimidade formal, mas não tem a legitimidade política”, assinalou.

## Mais autonomia para o poder local

O presidente dos Autarcas Social-Democratas pediu mais fiscalização às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia e mais autonomia para o poder local. “Nós queremos mais fiscalização às Câmaras Municipais e às

Juntas de Freguesia, mais inspeções”, sublinhou Álvaro Amaro.

No fecho da iniciativa do PSD e dos ASD, o presidente dos ASD e da Câmara Municipal da Guarda disse que irá fazer a proposta na reunião que irá ter com o novo Governo chefiado pelo socialista António Costa. “Peço a este Governo, como peço a todos, que reforcem os mecanismos de fiscalização, reforcem os mecanismos de inspeção. Os autarcas querem isso apesar de [as autarquias] serem as instituições que são mais fiscalizadas”.

O líder dos ASD considera que as inspeções devem ser feitas por “prevenção” e também por “pedagogia”.

No entanto, apontou que ao pedir mais fiscalização,



também pede mais autonomia para o poder local que tem tido “algumas limitações”.

Em sua opinião, se há novos paradigmas e novos desafios, deverá haver novas soluções. “Quem tem medo de que aos autarcas, às comunidades intermunicipais, sejam dados, de facto, novos poderes?”

### Leitão Amaro exorta municípios a apostarem na partilha para evitar “fusões forçadas”

António Leitão Amaro é “convictamente contra a fusão obrigatória de municípios” e “a resposta para os municípios era diferente da resposta” para as freguesias. De acordo com Leitão Amaro, o “caminho para os municípios era um caminho tipo europeu, um método europeu, que é os Estados não se extinguem, têm é que cooperar e há uma série de coisas que antes eram os Estados a fazer e passa a ser feita pela União Europeia e perdem essa competência, entregam-na”.

Na sua intervenção, contou o caso de um autarca do Alentejo que dizia que não conseguia encontrar meios para, “não apenas comprar, mas sustentar um serviço de recolha de lixo”. A autarquia passou a articular o serviço com outros municípios “passou a fazê-lo, passou a ter uma factura muito mais baixa e um serviço aos cidadãos”, indicou.

O ex-secretário de Estado da Administração Local disse estar convencido que o futuro dos municípios mais pequenos passa por “partilhar” ou muitos irão “desaparecer”: “E se os municípios (...) não fazem isto, mais cinco anos, menos cinco anos, vamos ter uma vaga de fusões forçadas nos municípios, porque a escala para muitos dos serviços é totalmente ineficiente, não se tem capacidade para dar resposta”.

Leitão Amaro disse ainda que um desafio do poder local, que já está a ser respondido, “mas é preciso intensificar”, passa por “abandonar a prioridade às infra-estruturas e focar mais na atracção de investimento, aposta no desenvolvimento, apoio aos empreendedores, juntar os empresários, ligá-los ao mundo científico e tecnológico”.

O ex-governante observou que o Estado ainda “é governado demasiado a partir de Lisboa” e lembrou que o Governo anterior iniciou um “movimento grande” de descentralização de competências na Educação, na Cultura e na Saúde.

Em sua opinião, esse caminho “deve ser continuado”, mas pode ser alargado a outras áreas como os serviços de proximidade, os serviços de atendimento da administração pública ou “o aproveitamento do património do Estado que anda ao abandono e que pode ser entregue para as autarquias”.

A segunda edição da Academia do Poder Local contou, na abertura, com a presença do presidente do PSD. Marcaram também presença nos trabalhos, entre outros, Jorge Moreira da Silva (vice-presidente do PSD e ex-ministro do Ambiente), Marco António Costa (vice-presidente), José Matos Rosa (secretário-geral), Paulo Rangel (deputado europeu), Leitão Amaro (ex-secretário de Estado da Administração Local), Luís Filipe Pereira (presidente do Conselho Económico e Social) e Jorge Braga de Macedo (antigo ministro das Finanças). Compareceram na Academia do Poder Local, entre 4 e 6 de Dezembro de 2015, 71 participantes oriundos de todo o país, com idades entre os 24 e os 65 anos. As cerimónias oficiais em memória de Francisco Sá Carneiro realizaram-se também, este ano, na cidade da Guarda e foram presididas por Pedro Passos Coelho.



Discussão do programa  
do XXI Governo Constitucional

# “Governo foi escolhido nas costas do povo”



O PSD avaliará em cada momento o que considera “mais importante para Portugal” e apoiará tudo o que considerar que se enquadra na sua “visão positiva da sociedade portuguesa”. Pedro Passos Coelho enunciou estes princípios que nortearão o PSD na oposição no encerramento do debate do programa do XXI Governo Constitucional, na Assembleia da República, adiantando: “Contarão connosco para promover a responsabilização no sistema político e o aprofundamento da maturidade e da liberdade que deve assistir à sociedade civil e aos cidadãos”.

O líder do PSD voltou a defender que, quando precisar dos votos do PSD, o PS deve aceitar novas eleições: “No dia em que o nosso apoio possa ser decisivo para alcançar algum resultado essencial que a maioria que suporta o Governo não for capaz de garantir, apenas esperamos que tenham a dignidade de disso retirarem a consequência natural e devolverem a palavra ao povo”.

Em entrevista à RTP1, em 20 de Novembro, Passos Coelho já tinha defendido que, no dia em que precisasse dos votos do PSD ou do CDS-PP “para aprovar alguma matéria que seja importante”, o secretário-geral do PS, António Costa, deveria pedir desculpa ao país e demitir-se. Hoje, recordou que o secretário-geral do PS formou um Governo “nas costas do povo” com o apoio de BE, PCP e PEV.

Passos Coelho adiantou que o PSD, “sendo uma oposição determinada, séria e responsável”, estará “contra tudo o que represente um retrocesso ou um ataque ao país moderno, aberto, cosmopolita, competitivo, exigente, reformista e justo” que defende, mas “não deixando de apoiar tudo o que promova esta visão positiva da sociedade portuguesa”. “Quando à actividade governativa, bem sei que não está na conta dos atuais governantes pedirem-nos apoio para suportar o Governo. Ainda bem, porque quem perdeu as eleições e recusou apoio a quem ganhou não tem autoridade política para destes reclamar apoio no futuro”, prosseguiu. “Mas, insisto, nós avaliaremos sempre, em cada momento, o que considerarmos mais importante para Portugal, independentemente da vontade do Governo”, acrescentou.

O líder social-democrata reiterou que o PSD continuará representante do “centro moderado” contra um PS que acusou de estar em “deriva radical” e de ter ido ao encontro das forças à sua esquerda nas “matérias fundamentais”. “Na verdade, estão de acordo quanto ao essencial. E o essencial para estes partidos é que a economia evolua para um Estado mais interventor na organização e na estrutura empresarial, reforçando o poder da CGTP e de outros grupos de pressão e recriando uma influência proteccionista que traga para a esfera pública

a gestão e controlo da actividade relevante”, sustentou.

O presidente social-democrata justificou, assim, a moção de rejeição conjunta do PSD e do CDS-PP ao Programa do XXI Governo Constitucional, além de voltar a contestar a legitimidade do executivo do PS, que disse ser construído “nas costas do povo”. Referindo-se ao Bloco de Esquerda, PCP e “Os Verdes”, com quem o PS assinou acordos políticos bilaterais, Passos Coelho afirmou: “Do que conhecemos dos valores políticos destas



forças partidárias, bem como da projecção que podemos fazer das respectivas visões do Estado, da economia e da sociedade, não só não concordamos com elas, como nos opusemos a elas, e a elas nos continuamos e continuaremos a opor, tal como a grande maioria dos portugueses”.

De acordo com o presidente do PSD, “o PS quis aliar-se aos radicalismos de extrema-esquerda”, e isso foi “uma escolha de natureza programática” e não “apenas uma questão de poder”. “Ao fazê-lo, fez uma escolha nada óbvia para os eleitores, admito que mesmo para muitos dos seus eleitores, e colocou-se na posição de favorecer uma soma de minorias que, para ser auto-suficiente, como esta tem obrigação de o ser, não pode esconder nem disfarçar as raízes antieuropeístas, para não dizer anti economia social de mercado e de pendor monolítico, logo, anti-pluralistas”, considerou.

Pedro Passos Coelho referiu que “socialistas e comunistas” decidiram “reverter reformas estruturais no mercado laboral ou nos mercados de produto, incluindo por exemplo reverter privatizações e concessões ou impor à generalidade das empresas resultados de negociação colectiva independentemente do critério da representatividade”, acrescentando: “Estamos a falar de matérias estruturais que são importantes e essenciais”.



criticada para executar as políticas adequadas”, permitindo que agora essas medidas possam “ser removidas progressivamente”.

Apontou riscos à forma acordada pelo PS com BE, PCP e PEV para fazer essa remoção: “Só espero que o excesso de voluntarismo que parece querer acelerar o ritmo da remoção de tais medidas não venha a acarretar novos sacrifícios, forçados pela imprudência orçamental e pela vontade de criar uma impressão de bondade”.

O presidente do PSD sustentou que tudo se encaminha para que o défice no final deste ano fique abaixo de 3%, e deixou uma advertência nesta matéria: “Espero agora, também, que a mesma vontade não venha a pôr em causa o esforço realizado pelos portugueses”. Mais à frente, Passos Coelho elencou o desemprego e a dívida como “grandes dificuldades” que Portugal ainda enfrenta, e deixou mais um aviso, desta vez sobre o acesso a financiamento. “Qualquer inversão de tendência neste domínio comporta riscos de stresse financeiro que, na ausência de políticas acomodáticas do Banco Central Europeu (BCE), podem dificultar o acesso a financiamento ou agravar o seu custo, com prejuízo para a economia”, disse.

De acordo com o presidente do PSD, “também quando afirmam que é preciso reverter a política de exigência educativa” estão em causa “matérias fundamentais”. Quanto à inserção de Portugal no projecto europeu, Passos Coelho manifestou ter dúvidas sobre “qual é a visão prevalecente”, e manifestou o temor de que a questão europeia acabe “secundarizada nas estratégias nacionais”. “Seja qual for a resposta que o tempo nos vier a revelar, permanece a convicção demonstrada pelo líder socialista ao afirmar que confia no PCP como parceiro de suporte à governação e que com ele está de acordo no essencial. E essa é também uma razão objectiva para chumbar o programa deste Governo”, defendeu.

Passos Coelho insistiu que “este novo PS decidiu afastar-se do seu património político histórico e sente-se hoje próximo, no essencial, das ideias que combateu no passado”. “Respeitamos essa escolha e essa realidade. Mas o PS, ao ter-se deslocado para uma partilha de ideias e valores que se afasta radicalmente da generalidade dos cidadãos, não o fazendo por oportunismo, mas por convicção, só reforça a justificação para a apresentação desta moção de rejeição, submetida por quem, no centro moderado, deve ter a responsabilidade de organizar uma alternativa de governo para Portugal que vá ao encontro das aspirações dos portugueses”, concluiu.

O presidente do PSD deixou vários alertas para o que considera serem possíveis consequências da governação do PS. E recusou que a austeridade dos últimos quatro anos tenha tido “raiz ideológica”, pois o anterior executivo PSD/CDS-PP teve “a coragem tão necessária como





Pedro Passos Coelho assinalou, depois, que o presidente do BCE, Mario Draghi, tem “referido insistentemente” que “sem reformas estruturais conduzidas pelos Estados-membros não há gestão da procura agregada que possa garantir o crescimento”.

No final do seu discurso, o presidente do PSD abordou a questão das regras europeias, afirmando que “as acções valem mais do que muitas palavras”. “Veremos que avaliação os nossos parceiros europeus e os nossos credores farão a seu tempo sobre a reversão de medidas de carácter estrutural, aliada a uma política orçamental aventureira e experimentalista”, acrescentou.

Neste contexto, deixou um alerta sobre uma eventual fuga de investimento: “Num país que não tem capital para crescer e que necessita de investimento directo externo, as medidas que se pré-anunciam com apoio socialista e comunista só podem afastar investidores e agentes económicos, penalizando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) potencial e dificultando a eficácia da política orçamental”.

## O PS evitou apresentar uma moção de confiança

O líder parlamentar do PSD sugeriu ao Primeiro-Ministro que apresentasse uma moção de confiança para demonstrar a estabilidade da sua solução governativa, mas António Costa respondeu que o Governo do PS já se apresenta confiante. Durante o debate do Programa do XXI Governo, na Assembleia da República, o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, perguntou a António Costa “por que não apresenta uma moção de confiança a este parlamento”, argumentando que “não aprovar uma moção de rejeição, no contexto em que o seu Governo inicia funções, é diferente do que aprovar uma moção de confiança”.

Luís Montenegro considerou que uma moção de confiança seria “um factor de tranquilidade, um factor de estabilidade”, e assinalou que a bancada do PS tem menos deputados do que a do PSD: 86, contra 89. “Não é do interesse do país, do seu próprio interesse como, ter garantida essa confiança do parlamento? Creio que é justo pedir a todos aqueles que contribuíram para esta solução que não se juntem só para destruir, que tenham a capacidade e que não tenham vergonha de construir conjuntamente. Este é o vosso projecto comum, a democracia agradece que o assumam sem hesitações”, insistiu.

Luís Montenegro assinalou que o “Governo socialista e este Primeiro-Ministro estão diminuídos na sua autoridade política e feridos de morte na sua legitimidade popular. O povo não escolheu o doutor António Costa para exercer as funções de primeiro-ministro, o povo não escolheu o programa do PS, e muito menos o programa do Bloco de Esquerda ou do PCP para serem a base da



acção governativa”, afirmou Luís Montenegro.

Referindo-se aos acordos políticos que o PS assinou com Bloco, PCP e “Os Verdes” para formar Governo, o líder parlamentar do PSD acrescentou: “Fizeram tudo isto um pouco às escondidas e não disseram antes das eleições o que congeminaram entre si, sabe-se lá desde quando. Rejeitar este programa na Assembleia da República não é, portanto, mais do que expressar a genuína vontade popular manifestada pelos portugueses nas últimas eleições”.

Luís Montenegro sustentou que “o povo escolheu livre, democrática e conscientemente um outro programa, o programa da coligação que juntou o PSD e o CDS-PP - que obteve 38,5% dos votos e elegeu 107 dos 230 deputados - e apelidou de “derrotados unidos” os deputados das restantes bancadas que derrotaram o anterior executivo. “Nós sabemos, os senhores estão juntos e votarão unidos contra a moção de rejeição que o PSD e o CDS-PP irão apresentar. Não temos dúvidas nenhuma sobre isso e, aliás, isso até pesou na nossa decisão”, referiu o social-democrata.

Na sua intervenção, o líder parlamentar do PSD falou também da herança da governação dos últimos quatro anos, considerando-a positiva, e alegou que o Governo do PS vai deixar uma factura negativa: “A factura de uma dívida que vai crescer, a factura de um défice que não se percebe como é que não vai aumentar, a factura de afastar investimento”.

## Governo “socialista e comunista” tem “programa perigoso”

O vice-presidente Marco António Costa defendeu que o Governo apresentou um “programa desconjuntado e perigoso” e apelou à responsabilidade do executivo “socialista e comunista”, para que não ponha em causa a “trajectória de crescimento”. “Na ânsia de tentar conjugar tantas ‘posições conjuntas’, o que temos aqui, no fim de contas, é um programa desconjuntado e perigoso para o futuro de Portugal. Não nos iludamos: este é um programa com perigos reais e evidentes para o país e para os portugueses, que põe em causa a recuperação económica e social que Portugal empreendeu nos últimos anos”, defendeu Marco António Costa.

Marco António Costa, que intervinha no parlamento no debate do Programa do XXI Governo Constitucional, liderado por António Costa, argumentou que os “perigos residem nas opções mas também na pressa vertiginosa com que desejam implementar tais opções”. “Uma pressa negociada em nome de uma tomada esdrúxula do poder mas inevitavelmente geradora de desequilíbrios que serão fatais para o nosso futuro colectivo”, afirmou, criticando “uma receita que faz aumentar as importações, que desmobiliza do foco exportador a nossa máquina produtiva e afecta irremediavelmente a competitividade das nossas empresas, gerando, a prazo, mais desemprego”.

“Por isso, apelamos à responsabilidade deste governo socialista e comunista para não colocar em risco a trajectória de crescimento económico que Portugal está a trilhar”, sublinhou.

O deputado Miguel Morgado interpelou ainda o ministro das Finanças, Mário Centeno, explorando “as contradições” do governante, argumentando que “no programa de Governo não resta nada dos seus contributos próprios”, como o procedimento conciliatório ou a descida da TSU. “Recentemente, soubemos que a senhora deputa Catarina Martins preferia um cirurgião risonho, que soubesse dar uma gargalhada, a um cirurgião competente. Agora ficámos a saber que prefere também, presumo eu, um ministro das Finanças marxista. Marxista na versão Groucho, porque foi Groucho Marx que disse ‘estes são os meus princípios, se não gostam, bem, eu tenho outros’”, disse Miguel Morgado.

O deputado Duarte Pacheco apontou baterias ao ministro das Finanças acusando Centeno de ser um “ilusionista ou fazedor de milagres”.

O PSD decidiu apresentar uma moção de rejeição ao Programa do Governo do PS em coordenação com o CDS-PP. A Comissão Permanente do PSD - órgão mais restrito de direcção do PSD, composto pelo presidente, Pedro Passos Coelho, pelos vice-presidentes, pelo líder parlamentar e pelo secretário-geral - esteve reunida no dia 1 de Dezembro.

O Programa do XXI Governo Constitucional começou a ser discutido no Parlamento, dia 2, num debate que se estendeu até quinta-feira, dia 3 de Dezembro, por mais de nove horas.

# Moção de rejeição justificada pela “grave ruptura aberta pelo PS”



O PSD e o CDS-PP entregaram em 3 de Dezembro de 2015, pelas 12h10, uma moção de rejeição ao programa do XXI Governo, e justificada como uma resposta à "grave ruptura aberta pelo PS", a quem acusam de estar num "processo de radicalização". "Tratando-se de um Governo de minoria relativa formado pelo partido que perdeu as eleições, o que sucede pela primeira vez na nossa história constitucional e democrática, não seria compreensível nem desejável que o mesmo não fosse objecto de uma votação. Ora, na ausência, em si mesma reveladora, de uma moção de confiança, é imperativa a apresentação de uma moção de rejeição submetida pelos partidos que venceram as eleições", lê-se no texto entregue no Parlamento.

Dos dois partidos defendem que "só assim ficará absolutamente clara a base de apoio a esta solução de Governo" e referem que fizeram esta opção sabendo que "não dispõem de uma maioria absoluta de deputados para fazer aprovar esta moção, pelo que ela adquire valor político de testemunho, clareza e registo para futuro".

Num recado às forças políticas que sustentam o actual executivo, sociais-democratas e centristas afirmam que

ficará expressa "a base política de apoio a esta solução de Governo, que natural e consequentemente se co-responsabiliza por todas as acções e omissões".

O PSD e o CDS-PP apresentam-se como "os partidos moderados do sistema político nacional" que se opõem a um "processo de radicalização em curso e que está a tornar Portugal refém de agendas ideológicas sectárias desfasadas da realidade, em que os portugueses não se revêem".

No final do texto, enquadram esta moção de rejeição num contexto de "grave ruptura aberta pelo PS na sequência dos resultados eleitorais de 4 de Outubro" e de "processo de radicalização ideológica em curso no PS, com consequências para o sistema político no seu todo e para a sociedade em geral", atribuindo também aos socialistas "um conjunto de opções programáticas perigoso e aventureiro, que compromete a recuperação e modernização do país".

"Os Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP, em coerência com os seus compromissos eleitorais e com o dever inalienável de representar as aspirações do povo português, na via da moderação, do gradualismo e da

sintonia com a Europa, declaram a sua oposição à prossecução do caminho apresentado pelo PS, com o apoio do Bloco de Esquerda, do PCP e do PEV neste debate", acrescentam.

No primeiro ponto deste texto, PSD e CDS-PP voltam a defender que os eleitores "escolheram para primeiro-ministro Pedro Passos Coelho e rejeitaram para primeiro-ministro António Costa" e "deram o sinal de que desejam a procura de entendimentos" entre a coligação vencedora das legislativas e o PS.

"Esta escolha popular, a escolha que numa democracia mais autoridade comporta, e de que dependem as demais escolhas políticas, não foi respeitada pelo PS, nem pelo seu líder. Romperam-se práticas e convenções que sustentaram a nossa democracia desde o seu nascimento constitucional. E abriu-se um horizonte de radicalização, através da deslocação do PS para as mãos dos partidos assumidamente extremistas", reiteram.

A moção de rejeição ao Programa de Governo obteve 122 votos contra (PS, PCP, BE e PEV), 107 a favor (PSD e CDS-PP) e uma abstenção (do parlamentar do PAN).



## Moção de rejeição na íntegra Exposição de motivos

I

O debate do Programa do XXI Governo é um debate atípico. Na verdade, tratando-se de um Governo de minoria relativa formado pelo partido que perdeu as eleições, o que sucede pela primeira vez na nossa história constitucional e democrática, não seria compreensível nem desejável que o mesmo não fosse objecto de uma votação. Ora, na ausência, em si mesma reveladora, de uma moção de confiança, é imperativa a apresentação de uma moção de rejeição submetida pelos partidos que venceram as eleições. Só assim ficará absolutamente clara a base política de apoio a esta solução de governo, que natural e consequentemente se co-responsabiliza por todas as acções e omissões.

No passado dia 4 de Outubro os Portugueses, chamados a eleger um Parlamento e um chefe do governo, foram claríssimos na sua escolha. A coligação PàF obteve uma vitória expressiva e inequívoca sobre o Partido Socialista. Nesse contexto, como é da prática eleitoral de 40 anos, como faz parte do sentido cívico dos Portugueses (e, não por acaso, das estratégias eleitorais dos partidos políticos) de todo País, de todas as faixas etárias e de todas as proveniências sociais, é demonstravelmente válida a interpretação destes resultados eleitorais que afirma:

- os Portugueses dando maioria relativa ao PSD e CDS, deram o sinal de que desejam a procura de entendimentos e compromissos entre a coligação e o maior partido da oposição, que partilha posições essenciais do enquadramento europeu e internacional de Portugal.

- escolheram para Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e rejeitaram para Primeiro-Ministro António Costa;

- sufragaram o programa eleitoral da coligação e rejeitaram o programa eleitoral do Partido Socialista;

- quiseram dar continuidade ao projecto democrático de 40 anos de uma sociedade europeia, ocidental, atlântica, com uma democracia representativa assente

numa economia social de mercado, tendo mais de 70 por cento dos eleitores optado por partidos que, historicamente, pelo menos, se inscrevem nesta orientação, e, portanto, rejeitaram por maioria esmagadora, como o têm feito nos últimos 40 anos, os projectos políticos radicais e revolucionários de partidos como o PCP e Bloco de Esquerda.

Esta escolha popular, a escolha que numa democracia mais autoridade comporta, e de que dependem todas as demais escolhas políticas, não foi respeitada pelo Partido Socialista, nem pelo seu líder. Romperam-se as práticas e convenções que sustentaram a nossa democracia desde o seu nascimento constitucional. E abriu-se um horizonte de radicalização, através da deslocação do PS para as mãos dos partidos assumidamente extremistas, que assim capturaram a definição, no modo e no tempo, da estabilidade do Governo e de Portugal.

Os partidos moderados do sistema político nacional têm o dever perante os Portugueses de se opor a este processo de radicalização em curso e que está a tornar Portugal refém de agendas ideológicas sectárias desfasadas da realidade, em que os Portugueses não se revêem.

Depois de, em 2011, o PS ter mergulhado o País na mais grave crise financeira, económica e social da nossa história democrática; depois de, em 2011, o governo PS ter em desespero solicitado o maior auxílio financeiro estrangeiro da nossa história democrática; depois de, em 2011, o PS ter perdido as eleições, e o governo de coligação PSD/CDS-PP ter ficado com a responsabilidade pela execução do pesado caderno de encargos associado ao Programa de Assistência Económica e Financeira; depois de o PS se ter furtado, salvo em raras excepções, a associar-se ao esforço nacional de superação da emergência económico-financeira, bem pelo contrário, e ainda assim ter perdido expressivamente as eleições legislativas de 2015; depois de tudo isso, uma opção de ruptura desta natureza por parte do PS não pode deixar de ter as mais pesadas e duradouras consequências.

O processo de formação do XXI Governo não rompeu apenas um conjunto de convenções e práticas estabelecidas ao longo de 40 anos de democracia. Envolveu, ainda, o aproveitamento oportunista da inexistência

temporária do poder de dissolução da assembleia da República por parte do Presidente da República. Em paralelo, o Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional não esclareceu categórica e publicamente as dúvidas que o Senhor Presidente da República colocou quanto à estabilidade e consistência do novo executivo, nomeadamente no que diz respeito às votações de confiança e censura política, à estabilidade e rigor dos orçamentos e do sistema financeiro, respeito pelos compromissos internacionais de Portugal e ao relevo atribuído à política de concertação social.

II

Chegados a este desfecho do processo de formação do governo, cabe também neste momento propor a rejeição do conjunto de opções programáticas, vertidas no documento "Programa de governo do XXI governo constitucional". As ditas opções programáticas não constituem uma visão estratégica de Portugal. Constituem apenas o somatório das posições conjuntas bilaterais assumidas entre Partido Socialista, por um lado, e Bloco de Esquerda, PCP e PEV, por outro. O resultado dessa amálgama incoerente que se propõe como "programa do governo" é o posicionamento sectário e radical naquilo que há de mais concreto nos planos para a governação.

- A reversão das importantes reformas estruturais feitas nos últimos 4 anos, e de decisões estratégicas para o desenvolvimento nacional, em nome de agendas ideológicas radicais, tal com vemos logo nos primeiros dias desta legislatura em áreas tão díspares como a educação, o mercado laboral ou os transportes. Recordemos que essas reformas e decisões foram decisivas para fechar com sucesso o Programa de Assistência Externa e modernizar o País.

- Na política de devolução de rendimentos, a recusa do caminho do gradualismo, certo e viável, e a opção por políticas imediatistas de carácter eleitoralista, sem a adequada prudência orçamental, o que pode colocar em risco, a prazo, o seu carácter definitivo.

- A insistência em escolhas já testadas e que conduzem ao resultado que todos os Portugueses conhecem. A insistência é na forma e na substância; no conteúdo e



na justificação. Foram vários anos de insistência numa receita de políticas públicas que empobreceu o País, o manteve estagnado num período em que toda a economia global esteve a crescer, e finalmente conduziu à pré-bancarota, à recessão, e ao colapso da economia e à recessão que o País sofreu. O País inteiro assiste a uma discussão que já teve lugar, com os mesmos protagonistas e cujos resultados são tão claros quanto desastrosos. Quando o PS, e agora o governo, repetidamente recorrem à estafada expressão “virar a página da austeridade”, percebemos que não se trata de virar para a página seguinte, mas antes para a página anterior. Tal como se tivéssemos regressado a 2009 e a 2011.

- As escolhas não testadas que emergem em alguns capítulos deste conjunto de opções programáticas correspondem nas áreas estruturantes invariavelmente a aventuras políticas irresponsáveis. No nosso entender, o momento da conjuntura internacional é o de proteger o País e os Portugueses, e não expô-los a riscos desnecessários nem fazer das pessoas objecto de experimentalismos.

Aqui, é importante sublinhar alguns aspectos não explicitamente assumidos neste conjunto de opções programáticas, mas que são suas consequências necessárias:

- o aumento da despesa pública, do défice do Estado e da dívida pública;

- a descapitalização dos sistemas previdenciais com rupturas mal concebidas nas fontes de receita, com aventuras no uso dos seus recursos acumulados e com um silêncio total sobre a necessidade de reforma do sistema, numa atitude irresponsável perante a questão da sua sustentabilidade.

- o desmantelamento das reformas estruturais que elevaram apreciavelmente a competitividade das nossas empresas, a capacidade exportadora da economia e a recuperação do emprego que tivemos nos últimos dois anos.

- a queda do investimento privado interno, e sobretudo estrangeiro, e o aumento artificial e, porventura, insustentável do consumo, estimulando uma distorção do perfil da nossa economia que tantos dissabores já nos trouxe. Numa economia sem capital, resultado de anos de endividamento exorbitante a que os sucessivos governos socialistas fecharam irresponsavelmente os olhos, travar politicamente a atractividade para o investimento nacional e estrangeiro corresponde a mais do que um erro político; é um retrocesso estratégico, que

conduzirá a mais um longo período de estagnação e desemprego. Neste contexto, a reversão da reforma do IRC, por puras razões ideológicas, constitui erro grave, que deve ser sublinhado também na medida em que, aquando da sua aprovação, obteve apoio expresso e negociado pelo Partido Socialista.

- o dano sobre a confiança e a previsibilidade reconquistadas e que foram responsáveis pela recuperação do País e superação do Programa de Assistência. Alcançado esse capital de credibilidade com muito esforço dos portugueses, pretende agora o governo liderado pelo PS desbaratá-lo num acesso de radicalismo ideológico e desorientação programática, similar ao que sucedeu na Grécia e que infelizmente conduziu esse país a um 3º resgate.

### III

O que este governo se prepara para pôr em causa e estragar é demasiado precioso para os Portugueses. Vale a pena, ainda que sinteticamente, enunciar alguns dos seus aspectos.

- Contas certas e estabilidade financeira. Depois de défices astronómicos herdados no início da governação do XIX governo constitucional, e de uma dívida pública em espiral ascendente descontrolada, o défice para 2015 (como, de resto, o governo agora reconhece, apesar de o PS ter passado o ano corrente em constante e enganoso desmentido da exequibilidade desse objectivo) ficará situado abaixo do limiar que retira Portugal do Procedimento por Défice Excessivo (-3%), e a dívida pública acentuará a sua trajectória descendente, confirmando a sua sustentabilidade.

- Sustentabilidade do crescimento económico. De défices externos crónicos, que afogaram o País em dívida externa nos anteriores à governação do XIX governo constitucional, gozamos agora de excedentes externos e alterámos o perfil estrutural da nossa economia, o que tem permitido crescer sem endividamento, em claro contraste com o passado em que a simples estagnação só era possível com a contracção de dívida exorbitante.

- Competitividade e crescimento económico. A competitividade das empresas foi elevada nas suas várias dimensões, desde a questão fiscal até aos custos de contexto. Assim como se elevou muito consideravelmente a atractividade da economia nacional para o investimento estrangeiro e a promoção das exportações portuguesas para mercados onde praticamente nunca tivéramos presença.

- Criação de emprego. Depois de uma década de

crescimento do desemprego e do desemprego estrutural, começou em 2013 um ciclo de criação líquida de emprego acompanhando a recuperação da economia. No final do mandato do XIX governo constitucional, a taxa de desemprego já era próxima do que a registada no seu início. Com as reformas laborais e as políticas activas de emprego foi possível sintonizar melhor a recuperação económica com a criação de emprego.

- Democratização da Economia. A abertura da economia, a separação da política e dos negócios, o aumento da concorrência e o combate às rendas excessivas e aos privilégios injustificados, que minaram a nossa capacidade económica e acentuaram as desigualdades na década e meia anterior.

- Uma verdadeira economia social de mercado, assente numa política de compromisso social e respeito pela concertação.

- Reformas estruturais. No maior programa de reforma estrutural da nossa história democrática, foram feitas reformas profundas na justiça, na concorrência, na área laboral, na saúde, na educação, no licenciamento, na defesa, na diplomacia económica, no arrendamento, no domínio autárquico, na aplicação, escrutínio e monitorização dos fundos europeus, no processo e transparência orçamental, para não sermos exaustivos, e que se tornaram em partes integrantes da transformação do País no sentido de iniciar um ciclo novo e diferente de crescimento, de democratizar a sociedade, de reformar o Estado e modernizar a nossa comunidade.

- Defesa do Estado Social e Saneamento do Sector Público Empresarial. Com níveis catastróficos de endividamento em 2011, que ameaçavam o cumprimento das suas tarefas, o SNS foi saneado. Os hospitais EPE foram capitalizados, os pagamentos em atraso aos fornecedores começaram a ser regularizados, os gastos que pesavam sobre o SNS, como os custos com medicamentos, foram fortemente reduzidos apesar do consumo ter registado crescimento. A despesa com prestações sociais foi aumentada nos anos consecutivos do mandato do XIX governo constitucional, apostando-se sempre na protecção dos mais vulneráveis, como no caso do aumento anual e persistente das pensões mínimas, sociais e rurais, ou na duplicação do período do subsídio social de desemprego. Ao mesmo tempo, o Sector Empresarial do Estado viu corrigidos seus avultados desequilíbrios financeiros, que no caso dos transportes permitiu atingir o equilíbrio operacional logo no final de 2012.

### IV

Assim, declarada a grave ruptura aberta pelo PS na sequência dos resultados eleitorais de 4 de Outubro; exposta a conduta política que o PS adoptou no processo de formação do novo governo; reafirmado o processo de radicalização ideológica em curso no PS, com consequências para o sistema político no seu todo e para a sociedade em geral; apresentado um conjunto de opções programáticas perigoso e aventureiro, que compromete a recuperação e modernização do País; e sabendo que os Grupos Parlamentares não dispõem de uma maioria absoluta de deputados para fazer aprovar esta moção, pelo que ela adquire valor político de testemunho, clareza e registo para futuro. Os Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP, em coerência com os seus compromissos eleitorais e com o dever inalienável de representar as aspirações do povo português, na via da moderação, do gradualismo e da sintonia com a Europa, declara a sua oposição à prossecução do caminho apresentado pelo PS, com o apoio do Bloco de Esquerda, do PCP e do PEV neste debate.

Nestes termos, ao abrigo do disposto n.º 3 do artigo 192.º da Constituição da República Portuguesa e das demais normas constitucionais e regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP propõem que seja rejeitado o Programa do Governo apresentado à Assembleia da República pelo XXI Governo Constitucional.

Palácio de São Bento, 3 de Dezembro de 2015

Os Deputados do PSD  
Os Deputados do CDS



# Anterior executivo foi vítima de “artimanha” do PS

O anterior executivo foi vítima da “artimanha” do PS, e o PSD, ao contrário do que outros fizeram na oposição, irá ajudar o país “a resolver os seus problemas”. Marco António Costa fez esta afirmação na sessão de encerramento da segunda edição da Academia do Poder Local, realizada pelo PSD e pelos Autarcas Social-Democratas, domingo, na Guarda,

“Nós fomos tão vítimas como os portugueses de uma artimanha montada nas costas dos portugueses para conquistar o poder não pelo voto, mas por arranjos políticos ou administrativos dentro do parlamento. E isto tem que ficar claro para todos os portugueses que nos depositaram a sua confiança”, afirmou Marco António Costa.

Na sua intervenção, o vice-presidente declarou que o PSD é um partido “responsável” e que se bate por princípios e dentro dos princípios que defende, “o respeito impecável pela democracia” é “fundamental”. Observou que “ficou claro para todos os portugueses” que só não foi possível obter do PS o apoio indispensável para uma maioria parlamentar, “porque o PS desde a primeira hora estava com uma reserva mental e tinha montado esta artimanha para chegar ao poder não pelo voto e pela confiança dos portugueses”, mas “por arranjo administrativo-político-partidário no Parlamento”.

Marco António Costa alertou que “a situação bizarra que sob o ponto de vista político hoje o país vive”, não deve impedir o PSD de assumir “integralmente” as responsabilidades na oposição. “Nós serviremos os portugueses onde tivermos que os servir: no poder ou na oposição. Contrariamente a muitos outros partidos que quando estão na oposição se



recusam em colaborar com o país e em ajudar o país a resolver os seus problemas”, assegurou.

De acordo com Marco António Costa, para o PSD “é claro que este Governo tem um pecado original, que é o pecado

de não ter sido escolhido pelos portugueses e de não ter sido explicado aos portugueses no período de campanha eleitoral que este cenário se construiria se houvesse uma maioria de esquerda no somatório de todos os votos dos partidos que estão à nossa esquerda”.



# PSD e ASD assinam protocolo de formação autárquica



O Partido Social Democrata (PSD) e os Autarcas Social Democratas (ASD) assinaram um protocolo sobre a estratégia de formação autárquica a desenvolver até 2017, que visa “preparar os melhores” candidatos para as eleições autárquicas a realizar naquele ano. O documento foi assinado pelo secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, e pelo presidente dos ASD, Álvaro Amaro, que também lidera a Câmara Municipal da Guarda, no final da segunda edição da Academia do Poder Local.

O presidente dos ASD declarou na cerimónia que um protocolo desta natureza “é feito pela primeira vez” entre as duas organizações partidárias. De acordo com o protocolo, o PSD “é um partido com fortes raízes no poder local”, pois “desde as primeiras eleições autárquicas realizadas no Portugal democrático, só por quatro vezes em 11 actos eleitorais” não foi o partido maioritário em presidências de câmaras “e desde as eleições de 2001 que a expressão maioritária foi consecutiva”.

“Contudo, houve uma interrupção no último acto eleitoral de 2013. Daqui resulta uma responsabilidade superior. É imperioso preparar atempadamente o próximo ato eleitoral e, neste âmbito, é de particular relevância a definição da Estratégia de Formação Autárquica”, é referido.

O acordo, que visa “estabelecer os objectivos e metodologia de articulação tendo em vista cumprir com o desiderato de preparar os melhores para o desafio autárquico 2017”, prevê a definição do programa de formação e respectivos conteúdos até ao final do primeiro trimestre de 2016.

“O programa de formação deverá ter uma componente geral e componentes específicas em função dos diferentes órgãos autárquicos”, é assinalado.

Ambas as estruturas comprometem-se ainda a organizar até ao final do primeiro trimestre de 2016, o calendário



de acções de preparação de formadores e o calendário de acções de formação de autarcas e de potenciais candidatos a autarquias. É ainda referido que o PSD e os ASD agendarão

e definirão equipas a quem competirá preparar e coordenar a implementação do projecto de formação, que também contará com o envolvimento da JSD.

# Missa em memória de Francisco Sá Carneiro



Os presidentes do PSD, Pedro Passos Coelho, e do CDS-PP, Paulo Portas, assistiram no dia 4 de Dezembro de 2015, a uma missa em memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, na Basílica dos Mártires, em Lisboa. Pedro Santana Lopes, Marco António Costa, José Matos Correia, José Matos Rosa, Luís Montenegro, Carlos Coelho e Rui Gomes da Silva foram outras figuras do PSD presentes nesta "cerimónia" em memória de Sá Carneiro, de Adelino Amaro da Costa e das outras vítimas da queda de um avião sobre Camarate, a norte de Lisboa, há 35 anos. A 4 de Dezembro de 1980, Francisco Sá Carneiro, então Primeiro-Ministro e presidente do PSD, e Adelino Amaro da Costa, ministro da Defesa, assim como a tripulação e restante comitiva (Snu Abecassis, Manuela Amaro da Costa, António Patrício Gouveia, Jorge Albuquerque e Alfredo de Sousa) morreram depois de o avião Cessna em que seguiam para o Porto se ter despenhado em Camarate (Loures).



# Meta dos 3% de défice “é alcançável”

Numa reacção aos dados da Unidade Técnica de Apoio Orçamental, Duarte Pacheco, do PSD, afirmou que os resultados provam que a meta dos 3% de défice “é alcançável, mantendo o rigor de gestão até o final do ano”. “O comboio está em andamento para alcançar a meta, basta que o Governo mantenha o ritmo e não o faça descarrilar para atingir este objectivo, que não é do anterior governo mas um objectivo nacional, para que Portugal possa encontrar novas fases de crescimento

económico”, afirmou no Parlamento.

O deputado social-democrata lembrou, ainda, que a receita “está a subir” e os dados de Novembro e Dezembro “vão ser importantes” para provar que os objectivos são exequíveis. “Que se mantenha o rigor da gestão no ano que o Governo tem de vida”, aconselhou.

Segundo explicou o social-democrata Duarte Pacheco, na dotação provisional “estava inicialmente previsto

que houvesse um conjunto de professores que poderiam beneficiar do programa de rescisões amigáveis”, o que diminuiria a despesa com pessoal. Porém, “não foram muitos os que recorreram”, o que significa que se mantiveram no activo a ganhar os salários por inteiro, afirmou.

Assim, “essa verba tem de ser reforçada para fazer o pagamento desses salários”, acrescentou Duarte Pacheco.



## Comunicado do PSD

Na análise à execução orçamental referente a Outubro, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) destaca a forte possibilidade de o país alcançar um défice orçamental compatível com a saída de Portugal do grupo de países sob o regime de Procedimento por Défices Excessivos (PDE).

O reconhecimento pela UTAO deste objectivo nacional está em linha com as mais recentes previsões de instituições internacionais (Comissão Europeia) e permite a Portugal granjear reconhecimento internacional e manter, desde já, um vasto conjunto de reformas estruturais.

No entanto, como realça a nota técnica, o objectivo nacional de um défice abaixo de 3% do PIB não dispensa, até ao fim do presente exercício, a manutenção de uma gestão orçamental séria e rigorosa.

O PSD entende que o contributo da UTAO para o esclarecimento do andamento das contas públicas é útil e salienta as seguintes referências e conclusões,

ditadas pela UTAO:

1) O contributo muito positivo da despesa para a redução do défice orçamental, nos primeiros 11 meses do ano. Com efeito, a despesa corrente primária (despesa corrente sem os juros) regista uma redução homóloga e, ainda, superior ao objectivo do OE/2015.

2) A despesa total das Administrações Públicas nos primeiros dez meses do ano foi inferior à despesa para o mesmo período de 2014.

3) A referência técnica, da UTAO, ao aumento das despesas com aquisição de bens e serviços acima do orçamentado é explicado por acréscimos de necessidades no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e em ADSE. No entanto, não prejudicou o desempenho da despesa total.

4) O aumento da despesa com pessoal é justificado por menores rescisões de pessoal na Educação e aposentações abaixo do estimado.

5) O PSD salienta a declaração, pela UTAO, do contributo positivo da receita em impostos para alcançar a

meta de défice para este ano.

6) Assim, no final dos primeiros nove meses do ano, o défice orçamental, em Contabilidade Nacional, já está em 3,7% do PIB, o que corresponde a uma melhoria significativa face ao primeiro semestre deste ano, quando o défice se situou em 4,7% do PIB. É importante registar que, das previsões da UTAO, é inferido um défice de 1,6% do PIB para o terceiro trimestre do ano. O PSD considera este valor muito significativo para o cumprimento da meta anual.

7) O PSD chama a atenção que a dotação provisional, sendo utilizada, não aumenta o défice orçamental inicial de 2,7% do PIB. À entrada do último mês do ano, de um total de 472,3 milhões de euros já utilizados, resta 61,2 milhões de euros para assegurar a manutenção do défice orçamental, valor em muito superior a um duodécimo anual.

8) Como salienta o relatório da UTAO, o objectivo para 2015, de um défice abaixo de 3% do PIB, está ao alcance de Portugal, para o bem de Portugal e dos portugueses.

## Boas perspectivas turísticas para a Madeira em 2016

O presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, antevê que a região “nunca será” um destino turístico de massas, mas considerou que as perspectivas do turismo para 2016 são “muito boas”. “A Madeira nunca será uma terra de turismo de massas, será uma terra que terá de preservar o seu equilíbrio ecológico e patrimonial e ter um turismo que proporcione rendimento aos empresários e à economia”, referiu na inauguração do Castanheiro “Boutique Hotel”, uma unidade de quatro estrelas superior na cidade do Funchal, dia 3 de Dezembro.

Miguel Albuquerque anunciou que “as perspectivas turísticas para o próximo ano são muito boas” e que a Madeira precisa “de estabilidade, confiança dos investidores e gerir a sua terra com muito cuidado”.

A nova unidade hoteleira está implantada numa área de 2.500 metros quadrados da cidade do Funchal, abrangendo um quarteirão com cinco prédios dos séculos XVIII, XIX e XX, distribuídos pelas ruas do Castanheiro e das Pretas, no núcleo histórico da freguesia de São Pedro. É propriedade da empresa “Apartamentos Turísticos Castanheiro Lda”, que investiu seis milhões de euros no empreendimento, oferece 81 quartos e representa a criação de 35 novos postos de trabalho.



## PSD quer esclarecimento da Câmara de Viana sobre a concessão de parques

O PSD de Viana do Castelo vai pedir uma reunião “urgente” ao presidente da Câmara para se inteirar da posição do executivo relativamente a uma dívida de sete milhões de euros à concessionária dos parques estacionamento. Em comunicado, a comissão política concelhia do PSD adiantou que aquele pedido surge na sequência de “dos factos vindos a público, através do jornal local Aurora do Lima, sobre a existência de mais um conflito de interesses que opõe a Painhas Parques SA, e Câmara de Viana do Castelo”. “Está em causa um pedido de indemnização de mais de sete milhões de euros, ou seja, mais de 10% do total do orçamento anual da Câmara Municipal que a Painhas Parques exige à edilidade, melhor dizendo, que todos os Vianenses poderão ter que vir a suportar, e isto em razão dos contratos de concessão dos terrenos situados na Praça da Liberdade”, lê-se naquela nota.

Em causa está um contrato de concessão da obra de construção e exploração do parque de estacionamento da Praça da Liberdade, celebrado entre aquela empresa e o Câmara, então presidida pelo socialista Defensor Moura, a 29 de junho de 2006. Nos termos desse contrato, a Câmara “obrigou-se a dar em pagamento à Painhas Parques 75 por cento do parque de estacionamento da Praça da Liberdade, e os edifícios administrativos construídos à superfície”. Contudo, mais de nove anos após a celebração do contrato, a autarquia ainda não cumpriu essa prestação (dação em pagamento), pelo facto de o lote de terreno onde foram construídos, na frente ribeirinha da cidade, se manter no domínio público marítimo do Estado.

Para o PSD, “impõe-se exigir da Câmara Municipal e do seu presidente todos os esclarecimentos que este caso exige, que de resto se mistura com um outro em que as



mesmas partes conflitaram”, acrescentou, referindo-se ao maior parque de estacionamento subterrâneo da cidade situado no Campo da Agonia.

“Por forma a que os vianenses tomem conhecimento, com verdade, do real problema a comissão política do PSD

de Viana do Castelo, e face à preocupação que a situação lhe causa, vai requerer à Câmara e ao seu Presidente reunião com carácter de urgência, com vista a inteirar-se da posição deste executivo e, nomeadamente, como pretende resolver tão onerosa situação para os vianenses”, adiantou o PSD de Viana do Castelo naquela nota.

Luís Leite Ramos

## António Costa protagonizou “um embuste a propósito da execução dos fundos comunitários”

O PSD acusou o Primeiro-Ministro, António Costa, de protagonizar um embuste a propósito da execução dos fundos comunitários, afirmando que foram aprovados projectos no valor de 3577 milhões de euros e candidaturas de 2900 empresas. Esta posição foi assumida pelo deputado do PSD, Luís Leite Ramos, em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, dia 2, depois de, na abertura do debate do programa do Governo, o Primeiro-Ministro ter criticado a execução dos fundos comunitários. “Venho denunciar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o embuste que o doutor António Costa acaba de protagonizar na câmara no âmbito do Portugal 2020. Na verdade, a 15 de Novembro - estes são os últimos dados disponíveis - nós tínhamos já um valor total de 3577 milhões de projectos aprovados e, no caso das empresas, 2900 empresas com candidaturas que estavam aprovadas”, contrapôs Luís Leite Ramos.

O deputado do PSD referiu ainda que essas candidaturas têm associado “um investimento global da ordem dos 3 mil milhões de euros, e com um incentivo da ordem dos 878 milhões de euros”. “E quando se tenta comparar o grau de execução do actual Portugal 2020 com o anterior programa comunitário, eu relembro que, em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de execução nessa altura era de 1,9%, e neste momento, a 15 de Novembro, temos já uma execução da ordem dos 3,4%, ou seja, muito superior”, apontou.

Luís Leite Ramos acrescentou que “os projectos estão em curso”, a despesa está a ser realizada neste momento” e “a execução vai acontecer nos próximos meses”. “E a forma como o doutor António Costa procurou utilizar estes números foi para esconder que grande parte da realização que vai acontecer nos próximos meses é já fruto do trabalho desenvolvido ao longo dos tempos mais recentes”, acusou.



Miguel Santos

## Esquerda ignora as recomendações do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida

No debate sobre várias iniciativas relacionadas com a Procriação Medicamente Assistida (PMA), Miguel Santos começou por recordar que fez parte do grupo de trabalho que na passada legislatura dedicou longas horas de estudo e debate a esta matéria. Nesse Grupo, recorda o vice-presidente da bancada do PSD, os sociais-democratas assumiram uma posição institucional de que a PMA deveria ter como beneficiários os casais ou unidos de sexo diferente, sendo nesse sentido o texto final do Grupo de Trabalho. Contudo, salienta o parlamentar, o que nos é proposto agora pela esquerda parlamentar é uma visão das técnicas da PMA como método alternativo e complementar de procriação, algo que ignora todas as recomendações que o Conselho Nacional da PMA tinha feito.

Centrando-se na proposta do PS, Miguel Santos concluiu a sua intervenção acusando os socialistas e bloquistas de discriminarem os casais de sexo masculino, deixando-os fora das alterações propostas. “Se o objectivo é que não exista discriminação, ela continuará a existir”, rematou.



# Eleição de representantes do Parlamento para o Conselho de Estado no dia 18 de Dezembro

A eleição dos cinco membros do Conselho de Estado que emanam da Assembleia da República foi marcada para o dia 18 de Dezembro. Além da eleição para o Conselho de Estado, decorrerá no dia 18 de Dezembro a eleição para o Conselho da Procriação Medicamente Assistida, informou aos jornalistas o porta-voz da conferência de líderes parlamentares, o deputado social-democrata e secretário da mesa Duarte Pacheco. O Conselho de Estado é o órgão político de consulta do Presidente da República. De acordo com a Constituição, cabe ao parlamento “eleger, segundo o sistema de representação proporcional, cinco membros do Conselho de Estado”. A Constituição define ainda que à Assembleia da República compete “eleger, por maioria de

dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções, dez juizes do Tribunal Constitucional, o Provedor de Justiça, o Presidente do Conselho Económico e Social, sete vogais do Conselho Superior da Magistratura, os membros da entidade de regulação da comunicação social, e de outros órgãos constitucionais cuja designação, nos termos da lei, seja cometida à Assembleia da República”. O Conselho de Estado é composto pelo chefe de Estado, que preside às reuniões, o Primeiro-Ministro, o presidente do Tribunal Constitucional, o Provedor de Justiça, os presidentes dos governos regionais, os antigos presidentes da República eleitos na vigência da Constituição que não hajam sido destituídos do cargo, cinco

cidadãos designados pelo Presidente da República pelo período correspondente à duração do seu mandato e cinco cidadãos eleitos pela Assembleia da República, de harmonia com o princípio da representação proporcional, pelo período correspondente à duração da legislatura. Ainda segundo a Lei Fundamental, compete ao Conselho de Estado pronunciar-se sobre a dissolução da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas das regiões autónomas, sobre a demissão do Governo, sobre a declaração da guerra e a feitura da paz, sobre os actos de um Presidente da República interino, e, em geral, aconselhar o Presidente da República no exercício das suas funções, quando este lho solicitar.





# Promessas feitas aos picoenses continuam por cumprir

O PSD/Açores critica as promessas por cumprir pelo governo regional na Ilha do Pico, referindo que, “tanto no processo dos Estaleiros Navais da Madalena, como no projecto de reordenamento do Porto comercial de São Roque, o executivo do PS não cumpriu o que prometeu”, acusou o deputado Cláudio Lopes.

Para o social-democrata, “os Estaleiros Navais do Pico são uma saga de negócios falhados pelo Dr. Vasco Cordeiro, como secretário regional da Economia e, nos últimos 3 anos como Presidente do Governo Regional”. “Constam dos manifestos eleitorais e entram nos discursos oficiais dos governantes, mas de lá não saem. Prometeu-se a sua requalificação, mas ela nunca se concretizou”, alertou Cláudio Lopes.

Considerando que é uma estrutura “importante para a economia do Pico e da região”, o deputado do PSD/Açores refere que se poderia, com a sua reanimação, “criar dezenas de postos de trabalho, e evitar a saída anual de centenas de milhares de euros da região para Estaleiros da Madeira e do Continente português”.

“Mas este Governo não descola da promessa, nunca cumprida, restando saber se o recente anúncio do Secretário Regional do Turismo e Transportes, de que irá abrir concurso público para a exploração dos estaleiros, é para levar a sério ou se é apenas mais uma manobra de diversão”, questionou Cláudio Lopes.

Quanto ao reordenamento do Porto comercial de São Roque, trata-se de um compromisso “que o próprio presidente do governo, então ainda candidato e a 5 meses das eleições regionais, assumiu”, refere, lembrando que “está em causa um projecto de cerca de 40 milhões de euros, e



um investimento estruturante, não só para a ilha do Pico, mas sobretudo para o Triângulo”, frisa o parlamentar.

“A promessa foi avançada a 4 de Abril de 2012 e, neste caso, é claro como água que o Dr. Vasco Cordeiro veio ao Pico enganar os picoenses”, afirma Cláudio Lopes.

O social-democrata recorda ainda que “o projecto do Porto de São Roque rola de Plano em Plano, mas não sai dos laboratórios, pois há mais de 3 anos que anda a ser ensaiado”. Para o ano de 2016, “está inscrita uma verba de 500 mil euros, de uma obra que deve custar quase 40 milhões, o que deixa também fácil de verificar que pouco ou nada será feito em 2016”, concluiu.

## Plano de protecção civil não transmite confiança



O PSD/Açores criticou as opções do Governo Regional na protecção civil, considerando que, “num momento de avaliação de tudo o que aconteceu ao longo destes últimos três anos, encontrou uma execução miserável, e o governo do PS a não conseguiu concluir nenhum dos investimentos com que se tinha comprometido com os açorianos”, revelou o deputado Bruno Belo. “É factual falarmos em três anos de uma execução vergonhosa, com taxas de execução ridículas”, avança o social-democrata, para quem o Plano e Orçamento para 2016 “não acrescenta rigorosamente nada aos Açores em termos de protecção civil, pois vem simplesmente anunciar aquilo que já foi anunciado inúmeras vezes”.

De acordo com Bruno Belo, “o PS quer fazer dos açorianos esquecidos, ou até ignorantes, mas não nos esqueçamos de que se andou durante 3 anos a anunciar a substituição da rede de comunicações da protecção civil, sem hoje isso seja uma realidade. Os açorianos também sabem que se anunciou durante três anos a construção do quartel dos Bombeiros da Povoação, e não foi verdade. Para não falar também da remodelação do quartel dos Bombeiros de Santa Cruz das Flores”, exemplificou.

O deputado do PSD/Açores recorda que “foi promessa eleitoral a concretização de equipamentos de Suporte Imediato de Vida em todas as ilhas. Mas o governo vem agora dizer que só será possível implementar a segunda viatura na Ilha do Pico, uma viatura que será adquirida pelos três municípios picoenses, com a condição de primeiramente ser explicada qual a reestruturação do Serviço Regional de Saúde para aquela ilha”, adianta.

Bruno Belo considera que o governo regional “devia ter feito do plano para 2016 um documento sério, que permitisse aos açorianos terem confiança no futuro. O que foi apresentado, e que o governo do PS nem quis discutir, não nos merece a mínima credibilidade, nem dá esperança aos açorianos de que os próximos tempos serão melhores”. “Estamos a ser enganados há 20 anos, e consecutivamente enganados. Não nos podemos conformar, e não tarda o PS voltará a fazer discursos bonitos, mas que não verdadeiros”, concluiu o parlamentar eleito pela Ilha das Flores.

# Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

## CAVACO SILVA OPTIMISTA

# 1987 será o ano da confirmação da prosperidade



Na sua recente deslocação, ao Norte do País, o Primeiro-Ministro mostrou-se optimista em relação ao futuro, dizendo que se estão a dar passos cujos efeitos se vão sentir à distância. Segundo o prof. Cavaco Silva, a acção do Governo tem-se caracterizado em recuperar o atraso perdido. Por outro lado, acredita que 1987 vai ser o ano da confirmação da prosperidade, pelo que alertou para os prejuízos da instabilidade.

Na sua deslocação ao Norte do País, o Prof. Cavaco Silva foi rodeado do maior entusiasmo por parte das populações

«Portugal vive presentemente perspectivas promissoras de desenvolvimento». A observação é do Primeiro-Ministro, o qual avisou no entanto que «se voltarmos a ter instabilidade política, teremos uma crise igual ou ainda pior do que aquela que já vivemos». Cavaco Silva, que falava em Vila Nova de Gaia, considerou que «se conseguirmos manter a actual tendência o nosso país será dentro de pouco tempo o que terá na Europa o crescimento mais rápido».

O Chefe do Governo usava da palavra nos paços do concelho de Vila Nova de Gaia, onde iniciou uma visita ao Norte do País, que lhe deu ensejo de contactar populações e inteirar-se de empreendimentos.

cinco por cento e as pensões e investimentos chegaram aos dez por cento». Noutra passagem, afirmou que o Governo «está empenhado em manter Portugal na estabilidade, progresso e prosperidade», porque «os portugueses já pagaram, de forma bem cara, o preço da instabilidade política».

Depois de lembrar que «ainda há cerca de dois anos Portugal atravessava uma grande crise e vivia em austeridade», Cavaco Silva salientou o facto de no corrente ano «ter havido uma melhoria no poder de compra da população. Os salários reais aumentaram

«Muito já foi feito, mas muito há ainda por fazer» — disse o Primeiro-Ministro, sublinhando que «em 1987, Portugal terá mais progresso e mais prosperidade».

## I CONSELHO NACIONAL / 1987 CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do artigo 19º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir no dia 10 de Janeiro de 1987 às 15.00 h no Hotel Meridien, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

- Regionalização Administrativa;
- Análise da situação política.

Lisboa, 26 de Dezembro de 1986.

O Presidente da Mesa do Congresso  
Mário Júlio M. Machado

## Povo livre

Devido à quadra festiva e como é tradicional, «Povo Livre» não se publica na próxima semana, apenas voltando ao convívio dos leitores na quarta-feira, dia 7 de Janeiro.



## BOAS FESTAS E PRÓSPERO ANO NOVO

Deseja o POVO LIVRE a todos os Leitores



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



### AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amares, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 17h30, na sede, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, nº 36, com a seguinte  
Ordem de trabalho  
1 - Análise da situação política partidária nacional

### BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Bragança, para reunir no próximo dia 09 de Janeiro de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Praça da Sé, nº 16 - 1º, com a seguinte  
Ordem de trabalho  
Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção  
Nota  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral A sede estará aberta para recepção de listas todos os dias úteis das 14h00 às 18h00 e das 18h00 às 21h00, no último dia estará abertas até às 24h00  
- As urnas estão abertas das 14h00 às 19h00

### CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 16 de Janeiro de 2016, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Av. Tenente Valadim, 47 - E, com a seguinte  
Ordem de trabalho:  
Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção - Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção.  
Nota:  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00  
- As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 20h00.

### CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Tenente Valadim, 47 - E, com a seguinte  
Ordem de trabalho  
1 - Discussão e aprovação do relatório de contas de 2015  
2 - Tomada de posse dos órgãos da Secção - Mesa da Assembleia e Comissão Política  
3 - Análise da situação política  
4 - Outros assuntos

### FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Faro para reunir no dia 21 de Dezembro de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede

distrital, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos  
1 - Análise da situação política  
2 - Apresentação das contas do PSD de Faro e Orçamento para 2016  
3 - Assuntos diversos

### LISBOA / NÚCLEO OCIDENTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental de Lisboa, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2015, pelas 20h30, na sede Distrital, sita na Praça São João Bosco, nº3-B, com a seguinte  
Ordem de trabalho:  
1 - Informações  
2 - Análise da situação política autárquica  
3 - Outros Assuntos

### LOURES RECTIFICAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja nº 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte  
Ordem de Trabalhos  
1 - Informações  
2 - Análise da situação política

### LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lousada, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h30 no Espaço AJE, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários de Lousada (junto ao C.C. Edinor), com a seguinte  
Ordem de Trabalhos  
1 - Informações  
2 - Análise da situação política

### MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Maia, para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2016, (sexta-feira), pelas 18h00 na sede, sita na Rua Engenheiro Duarte Pacheco, 987, com a seguinte:  
Ordem de trabalhos  
Ponto único- Eleição dos Órgãos de Secção.  
Nota  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede está aberta, nesse dia, entre as 22h00 e 24h00  
- As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 23h00

### MONTE-MOR-O-NOVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montemor-o-Novo, para reunir no próximo dia 08 de Janeiro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Horácio Macedo, nº 28-B, com a seguinte  
Ordem de trabalho:  
1 - Eleição dos órgãos da Secção  
Mesa da Assembleia de Secção  
Comissão Política de Secção.  
Nota  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Rui Pedras Alvas por correio electrónico pedras\_alvas.rui@hotmail.com ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

### MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 15h30, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Análise dos resultados eleitorais das Eleições Legislativas  
2 - Análise da situação política  
3 - Outros assuntos de interesse do concelho

### PAREDES DE COURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes de Coura, para reunir no próximo dia 22 de Janeiro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede da Junta da União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende, sita no Largo 5 de Outubro - Paredes de Coura, com a seguinte  
Ordem de trabalho  
1 - Análise da situação política e estratégia autárquica  
2 - Outros assuntos

### PAREDES DE COURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes de Coura, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2016, (domingo) pelas 14h00, na sede da Junta da União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende, sita no Largo 5 de Outubro - Paredes de Coura, com a seguinte  
Ordem de trabalho  
Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção  
Nota  
- As Listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral  
- As urnas estão abertas das 14h00 às 19h00



## REGULAMENTO III CONGRESSO DISTRITAL DE LEIRIA DA JSD

### CAPÍTULO 1 | DO PRESENTE REGULAMENTO

#### Artº 1 (Objecto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Artº 3 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do I Congresso Regional de Leiria da JSD.

#### Artº 2 (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

### CAPÍTULO 2 | DO CONGRESSO REGIONAL E SEUS MEMBROS

#### Artº 3 (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:  
a) A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;  
b) A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

#### Artº 4 (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto  
a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;  
b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a

possibilidade de delegação prevista na al. b) do Artº 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;

c) 80 – Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do Art.º seguinte.

2 – São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:

a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;

b) Os membros da Comissão Política Distrital;

c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k), l) do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4 – Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

### **Artº 5 (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)**

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no nº3 do Art. 27º dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

a) As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Distrital e convocados pelo seu Presidente;

b) Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;

c) Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.

d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.

e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

### **Artigo 6º (Direitos dos Membros)**

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;

b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;

c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;

d) Participar nas discussões e votações;

e) Interpelar os órgãos Distritais;

f) Usar do direito de resposta, quando visados;

g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

Artº 7 (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;

b) Participar nas votações;

c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;

d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;

e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.

f) Abster-se do uso de expedientes dilatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

### **Artº 8 (Participantes e Observadores)**

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPR ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPR e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do Distrito.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

## **CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS**

### **Artº 9º (Data e Hora)**

O I Congresso Distrital de Leiria da JSD decorrerá no dia 30 de janeiro, em Alcobaça, com início às 11h00m e o Conselho Distrital delega a escolha da localização efectiva e os seus preparativos na Comissão Política Distrital e na Comissão Política Concelhia.

### **Artº 10º (Quórum)**

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3. No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4. Exceptua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até ao início dos trabalhos.

### **Artº 11 (Funcionamento)**

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

### **Artº 12 (Ordem de trabalhos)**

- Abertura e Boas vindas;  
- Apresentação e discussão das moções sectoriais  
- Apreciação do mandato Distrital – 2014/2016  
- Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas

- Eleição dos órgãos Distritais mandato 2016/2018 e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15 e as 18 horas)

- Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários

- Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados

- Encerramento

### **Artº 13º (Uso da Palavra)**

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;

b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;

c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;

d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;

e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;

f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;

g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;

h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.

i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o

tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.

j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

### **Artº 14 (Competências do Presidente da Mesa)**

Compete ao Presidente da Mesa:

a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;

b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;

c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;

d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;

e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;

f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;

h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

### **Artº 15º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)**

Compete aos Vice-Presidentes:

a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;

b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;

c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

### **Artº 16º (Competências dos Secretários da Mesa)**

Compete aos Secretários:

a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;

b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;

c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;

d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;

e) Servir de escrutinador;

f) Elaborar as actas.

## **CAPÍTULO 4 | DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS**

### **Artº 17º (Moções de Estratégia Global)**

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes – devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar.

Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções

3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

### **Artº 18º (Moções Sectoriais)**

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos

moldes possíveis.

**Artº 19º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)**

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

**Artº 20º (Candidaturas aos órgãos Distritais)**

As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem este delegar e o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Leiria, sita na Avenida José Jardim.

**Artigo 21º (Distinções Honorárias Distritais)**

1. O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do Distrito, e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes Distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do Distrito, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPR, da Mesa do Conselho Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do respectivo Distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

**CAPÍTULO 5 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artº 22º (Lacunas)**

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

**Artº 23º (Entrada em vigor)**

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação.

Aprovado pelo Conselho Distrital, em Leiria, 5 de dezembro de 2015

**CRONOGRAMA**

MOMENTO PROCESSUAL	DATA
Conselho Distrital	5 de dezembro de 2015
Envio das convocatórias para a eleição dos delegados ao III Congresso Distrital	13 de dezembro de 2015
Publicação no Povo Livre das convocatórias para a eleição de Delegados ao III Congresso Distrital	16 de dezembro de 2015
Prazo para a Mesa enviar às concelhias o rateio de delegados	21 de dezembro de 2015
Prazo limite para entrega das listas candidatas à eleição dos Delegados ao Congresso Distrital	20 de janeiro de 2016
Eleição dos Delegados	23 de janeiro de 2016
Prazo para entrega das atas eleitorais	25 de janeiro de 2016
Lista Provisória de Delegados	26 de janeiro de 2016
Prazo para redistribuição de Delegados	26 de janeiro de 2016
Lista definitiva de Delegados	27 de janeiro de 2016
Prazo para entrega das Moções Sectoriais	27 de janeiro de 2016
Prazo para entrega de Listas Candidatas aos órgãos distritais	27 de janeiro de 2016
III Congresso Distrital JSD Distrital de Leiria	30 de janeiro de 2016

**CONSELHO DISTRITAL JSD DISTRITAL ALTO MINHO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital do Alto Minho, no próximo dia 18 de Dezembro de 2015, pelas 21h00, na sede da JSD Caminha, Rua Rua da Corredoura, 4910-113 Caminha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política atual;
- 3 – Plano de atividades 2016;
- 4 – Outros assuntos.

**GUIMARÃES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Guimarães, para reunirem no dia 7 de Janeiro de 2016, pelas 21 horas, na Sede do PSD Guimarães, sita no Largo do Toural, n.º 128 – 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**LOURINHÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhia da JSD da Lourinhã, para reunir no próximo dia 27 de Dezembro, domingo, pelas 15:30 horas, na Sede da JSD da Lourinhã, sita na rua Adelino Amaro da Costa, nº27, cave A com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Pagamento de quotas e regularização de matérias relacionadas com a militância;
- 2 - Análise das atividades de 2015;
- 3 - Apresentação do Plano de Atividades para 2016;
- 4 - Análise dos resultados internos para os diferentes órgãos distritais e concelhios do PSD Oeste;
- 5 - Outros assuntos de interesse.

**VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, que serão convocados todos os militantes da concelhia de Vila Nova de Gaia para reunir em plenário eleitoral a realizar no próximo dia 9 de Janeiro de 2016 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro n.º 1323, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Vila Nova de Gaia.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregue em duplicado

ao Presidente de Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas das 15h00m às 20 horas.

**NÚCLEOS DE VILA NOVA DE GAIA**

Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, que serão convocados todos os militantes da concelhia de Vila Nova de Gaia para reunir em plenário eleitoral a realizar no próximo dia 9 de Janeiro de 2016 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política dos núcleos: Canidelo; Crestuma; Grijó; Lever; Olival; Oliveira do Douro; Pedroso; Sandim; Seixezelo; Sermonde.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregue em duplicado ao Presidente de Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas das 15h00m às 20 horas.